

Trata-se do primeiro registro desse tipo de tripla infecção simultânea no mundo. Italiano, de 36 anos, apresentou sintomas de coronavírus e de varíola do macaco ao retornar de viagem à Espanha. Já internado, recebeu o terceiro diagnóstico

Monkeypox, covid-19 e HIV ao mesmo tempo

» CAMILLA GERMANO

Em um caso inédito no mundo, um homem italiano, de 36 anos, testou positivo, simultaneamente, para covid-19, varíola do macaco e HIV. Médicos do Hospital Universitário de Catania, na Itália, diagnosticaram a tripla infecção, reportada na última edição da revista científica *Journal of Infection*.

Segundo os especialistas que cuidaram do paciente, o homem, cuja identidade vem sendo preservada, apresentou os sintomas de coronavírus e de varíola do macaco após uma viagem de quatro dias para a Espanha. Passados nove dias do retorno, ele começou a ter febre, garganta seca, fadiga e dor de cabeça. Em 2 de julho, foi confirmada a infecção pelo Sars-CoV-2.

Naquela mesma tarde, começaram a surgir erupções na pele do braço esquerdo, comuns em casos de monkeypox. Nos dias seguintes, os sintomas foram se intensificando. O homem procurou a emergência do hospital, em 5 de julho. Os médicos o transferiram imediatamente para a unidade de doenças infecciosas, onde foi atestado o contágio pelo vírus MPXV.

Histórico

Já internado, o homem explicou que estava em tratamento para a sífilis desde 2019 e que, em setembro de 2021, havia se submetido ao teste de HIV, com resultado negativo. Na conversa com os médicos, também contou que toma remédios para o transtorno bipolar e que já havia contraído covid-19 em janeiro deste ano.

Por último, comentou que havia tido relações sexuais sem preservativos durante a viagem à Espanha. Diante de todas as informações, foram feitos outros testes para Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e o diagnóstico de HIV acabou confirmado.

Pela contagem de glóbulos brancos no sistema linfático do paciente e como ele havia sido testado em setembro para o vírus da Aids, os especialistas acreditam que a infecção ocorreu recentemente. “Esse caso destaca como os sintomas da varíola do macaco e da covid-19 podem se sobrepor e corrobora, como em ocorrência de coinfeção, a coleta anamnésica (históricos clínicos) e os hábitos sexuais dos pacientes são cruciais para realizar o diagnóstico correto”, assinalaram os médicos no artigo da *Journal of Infection*.

O paciente recebeu alta em 11 de julho, após seis dias de hospitalização, mesmo ainda testando positivo para covid-19 e varíola do macaco, uma vez que não apresentava novas lesões cutâneas na pele. Sem sintomas, ele foi colocado em isolamento domiciliar.

Uma semana depois, no dia 19, ele retornou para o hospital para fazer um novo exame de detecção do MPXV, que continuou dando positivo, apesar de todas as feridas estarem quase cicatrizadas. Na mesma ocasião, o paciente iniciou o tratamento de HIV.

A equipe do Hospital Universitário de Catania considerou ainda que as relações sexuais podem ser a forma predominante de transmissão, “portanto, a triagem completa de DSTs é recomendada após o diagnóstico de varíola dos macacos”. Outro detalhe ressaltado pelos especialistas é que o exame de monkeypox do paciente ainda foi positivo após 20 dias, sugerindo que os indivíduos com a doença ainda podem ser contagiosos por vários dias após a remissão clínica.

Os médicos concluíram o artigo salientando que como se trata do primeiro caso de coinfeção pelo vírus da varíola do macaco, Sars-CoV-2 e HIV ainda não existem evidências que suportem a ideia de que essa combinação possa agravar a condição do paciente.

AFF



Médico examina lesões de paciente internado infectado pelo vírus MPXV, em hospital de Lima, no Peru: isolamento

Exercícios reduzem risco

As pessoas que praticam exercícios físicos regularmente correm menos risco de se infectar com o Sars-CoV-2 e de desenvolver sintomas graves da covid-19, conclui um estudo publicado no *British Journal of Sports Medicine*. Os próprios autores, porém, admitem limitações no trabalho.

Já está bem estabelecido que uma boa atividade física favorece uma melhor resposta do organismo às doenças respiratórias em geral, mas os especialistas, no artigo, se concentraram exclusivamente na covid-19. Não se trata de um estudo isolado, mas de uma análise que retoma e combina 16 trabalhos pré-existent. Os pesquisadores da

Universidade Pública de Navarra e da Universidade de Valencia, ambas na Espanha, concluíram que a prática regular reduz ligeiramente o risco de infecção e, sobretudo, os de hospitalização (-36%) e de morte (-43%). Para alcançar o ponto máximo, os autores estimam que sejam necessários pelo menos 150 minutos de atividade moderada ou 75 minutos de atividade vigorosa por semana.

Contudo, o estudo tem limitações e não permite, por exemplo, concluir quais mecanismos imperam no organismo. Os especialistas advertem que as conclusões devem ser tomadas “com precaução” porque a

metodologia dos levantamentos usados varia muito.

“A ligação entre a atividade física regular e a gravidade da covid-19 é pouco compreendida, mas, provavelmente, envolve fatores metabólicos e ambientais”, disseram os autores do trabalho, em comunicado. “Nossas descobertas destacam os efeitos protetores de praticar atividade física suficiente como uma estratégia de saúde pública.”

A maior parte das análises se baseia nos dados fornecidos pelos pacientes, não em uma avaliação objetiva. Ainda assim, os autores acreditam que “conclusões poderiam orientar os médicos e as autoridades sanitárias”.

» Vacinação ainda preocupa

A pandemia de covid-19 causou um milhão de mortes em todo o mundo desde janeiro deste ano, segundo informações divulgadas, ontem, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante desse levantamento, o diretor-geral da agência, Tedros Adhanom Ghebreyesus, pediu aos governos de todos os países que redobrem seus esforços para vacinar todos os profissionais da saúde, idosos e outros grupos especialmente expostos ou vulneráveis, para alcançar uma cobertura vacinal de 70% para toda a população. “Mas ainda há muito a fazer”, disse.

ABORTO

Proibição se amplia nos EUA

Leis que proíbem o aborto entraram em vigor, ontem, em mais três estados norte-americanos, restringindo ainda mais o acesso ao procedimento dois meses após a histórica decisão da Suprema Corte de reverter o direito das mulheres à escolha. Governados por republicanos, Tennessee, Texas e Idaho se somaram à dezena de estados que também implementaram leis aprovadas antes da decisão do mais alto tribunal, que estavam até então inativas. Análises acreditam que metade dos 50 estados deve seguir por esse caminho.

No Texas, a nova lei penaliza até mesmo com prisão perpétua qualquer integrante do corpo médico que praticar um aborto, exceto em caso de risco de morte para a mãe. Essa norma se junta a um emaranhado de textos restritivos que já haviam levado ao fim de fato dos abortos nesse estado de 30 milhões de habitantes.

Também no sul do país, no Tennessee, onde a interrupção da gestação era proibida depois das seis semanas, qualquer um que pratique um aborto pode ser condenado à prisão. Em ambos os estados,

não há exceções em casos de estupro ou incesto, e os observadores acreditam que a legislação não é clara sobre o caso de uma intervenção para salvar a mãe.

Em Idaho, noroeste do país, o novo texto permite condenar a dois a cinco anos de prisão quem realizar o procedimento, com exceções para estupro ou incesto. A lei, porém, entrou em vigor com dispositivos bloqueados. O estado não pode processar médicos que realizam abortos pelo bem da saúde da mulher grávida, estabeleceu o juiz B. Lynn Winmill, por meio de uma liminar.

A decisão permanecerá em vigor até uma deliberação sobre um processo judicial que contesta a lei do aborto, determinou o magistrado. Idaho, um estado rural e conservador, foi um dos primeiros a aprovar uma lei estrita que proíbe o aborto na maioria dos casos depois que a Suprema Corte anulou o direito nacional ao procedimento.

Na terça-feira, uma decisão judicial inversa havia sido adotada no Texas, o que ilustra a confusão em torno das batalhas legais que estão se multiplicando em todo o EUA.

Segundo o jornal *The Washington Post*, há atualmente 21 milhões de mulheres, em 13 estados, com a possibilidade de interromper uma gravidez proibida ou severamente restrita. Desde a anulação da famosa sentença “Roe v. Wade”, de 1973, muitas mulheres que desejam abortar têm que viajar milhares de quilômetros para encontrar uma clínica aberta — isso quando podem financiar a viagem.

Com seis juízes conservadores entre seus nove integrantes, a Suprema Corte derrubou, em 24 de junho, o direito constitucional ao aborto, instituído há quase 50 anos. A decisão devolveu a cada estado norte-americano a prerrogativa de legislar sobre o tema.

A longo prazo, cerca de metade dos estados do país, especialmente os do centro e do sul, conservadores e religiosos, podem proibir ou restringir fortemente o aborto. Em Indiana, uma lei desse tipo entrará em vigor em 15 de setembro.

Eleições

Essa vitória histórica para o movimento conservador provocou uma tormenta política e

SAUL LOEB



Manifestante pró-vida em frente à Suprema Corte, em Washington: 13 estados contra o procedimento

colocou o assunto no centro da campanha para as eleições de meio mandato, marcadas para novembro. Em contraponto, os estados governados por democratas buscam se tornar “santuários” do direito ao aborto.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez da defesa ao acesso à interrupção da gravidez um de seus temas de campanha

para mobilizar sua base eleitoral, em particular as mulheres, frente às eleições de novembro, que ameaçam sua frágil maioria no Congresso. “As mulheres têm o direito de escolher o próprio destino e como vivem as suas vidas”, reagiu Biden no dia da decisão da Suprema Corte.

Duas vitórias recentes deram esperança ao campo democrata.

No início de agosto, os eleitores do Kansas, um estado tradicionalmente de direita, votaram a favor de manter a garantia constitucional do aborto.

Além disso, na última terça-feira, um democrata que fez campanha pelo direito ao aborto venceu contra seu adversário republicano na eleição de um distrito muito disputado do estado de Nova York.